

Sarney destaca papel de Alfonsín na integração

O presidente do Senado, José Sarney, distribuiu ontem à noite nota lamentando a morte do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, “o homem que abriu, com sua coragem, a integração latino-americana”. Alfonsín, que morreu de câncer de pulmão aos 82 anos, assinou com Sarney o acordo que resultaria no Mercosul.

– Tudo o que fizemos para inverter o processo histórico de hostilidade entre Brasil e Argentina, transformando-o num processo de integração, não teria sido possível sem Alfonsín. Ele tinha a visão continental, a firmeza de convicção e a grandeza política para dar os passos decisivos – disse.

Sarney lembrou que, com Alfonsín e o ex-presidente uruguaio Julio Sanguinetti, lutou para restaurar a democracia na América do Sul. Segundo o presidente do Senado, a integração então iniciada é “irreversível”.

– Os desvios de nosso projeto serão superados e nossos filhos verão uma América do Sul integrada política, física, econômica e culturalmente.

Senado aprova limite para radiação emitida por torres de celulares

Vai à sanção presidencial projeto que obriga prestadores de serviços a obedecerem os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por antenas e estações transmissoras de radiocomunicação e sistemas de energia elétrica. **4 e 5**



Sarney presidiu reunião em que os líderes definiram a pauta de votações, que prosseguem hoje com o exame da proposta que reabre prazo para imigrante irregular

Para oposição, governo desvia foco de suspeitas sobre refinaria

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, apresentou requerimento convocando o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, para explicar a Operação Castelo de Areia. Segundo Virgílio, “parece que o governo pretende criminalizar as doações legais e,

ao mesmo tempo, esconder o superfaturamento da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco”. Diversos senadores apoiaram a proposta de Virgílio e prestaram solidariedade a José Agripino, líder do DEM, devido às denúncias de que seu partido teria recebido doações ilegais da empresa

Camargo Corrêa. Os parlamentares defenderam os argumentos de Agripino, que reconheceu a transferência de recursos, mas ressaltou que a operação foi legal. O presidente do Senado, José Sarney, disse que Agripino “sempre cumpriu seu dever como líder de oposição”. **3**



José Agripino (3º à direita, de pé) recebeu solidariedade dos senadores em Plenário

Marconi diz que agenda da CNI estimula a ação do Congresso

Os reflexos da crise financeira já chegaram aos trabalhadores brasileiros, exigindo a união de esforços de todos os partidos para superar os problemas. A afirmação foi feita pelo vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, ao receber a agenda da Confederação Nacional da Indústria para 2009. **6**



Marconi Perillo discursa na solenidade em que recebeu as reivindicações do setor industrial

Ministro da Cultura debate com Sarney mudanças na Lei Rouanet, enquanto ministro do Desenvolvimento anuncia que Lula assinará na segunda-feira regulamentação das ZPEs

Juca Ferreira e Sarney querem incentivar a cultura regional

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu, na manhã de ontem, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, com quem conversou sobre a Lei Rouanet e sobre as distorções que esse texto sofreu ao longo dos últimos 18 anos. Criada com o propósito de garantir isenção fiscal a empresas que investem em produções artísticas, a lei resultou na concentração de incentivos empresariais em obras lucrativas e situadas nos grandes centros urbanos, negligenciando novas experiências culturais, disse o ministro.

Juca Ferreira afirmou que o próprio presidente do Senado reconheceu que essas distorções foram inevitáveis e que, agora, é preciso modernizar a legislação. Eles também falaram das amplas possibilidades que se abrem para que Senado e Ministério da Cultura possam cooperar no incentivo às manifestações culturais regionais. O ministro disse que seu propósito é



No gabinete da Presidência, Juca Ferreira (E), Sarney, Miguel Jorge e Romeu Tuma

fazer o país avançar na execução de uma lei capaz de produzir efeitos em todas as regiões do país.

O ministro falou também dos cortes impostos pelo governo nos orçamentos ministeriais. Ele observou que o enxugamento de despesas chega num

momento em que o Ministério da Cultura luta por mais recursos. De acordo com Juca Ferreira, com a retração dos investimentos empresariais, em razão da crise econômica, a população brasileira espera que o Estado assuma responsabilidades.

Miguel Jorge anuncia a regulamentação de ZPEs

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem informou que o presidente Lula assinará, na próxima segunda-feira, a regulamentação das zonas de processamento de exportação (ZPEs). A assinatura do documento ocorrerá em reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), informou o ministro ao sair da audiência.

– Nesse encontro, falamos especialmente sobre as ZPEs, pelas quais

o presidente Sarney tem um carinho especial, porque o projeto é dele. O presidente Lula vai assinar isso numa reunião da Sudene. A regulamentação vale para todos os projetos de ZPEs. Nós temos vários projetos, são mais de 30, que já estão sendo avaliados. Daremos início ao processo de aprovação das ZPEs tão logo o presidente assine a regulamentação.

De acordo com Miguel Jorge, os interessados em instalar essas zonas de processamento deverão apresentar seus projetos ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior, o qual coordenará os pedidos com outros ministérios. Na opinião do ministro, a ideia que move essa iniciativa é a de impulsionar a economia brasileira num momento de crise.

– A ideia básica é ter uma zona especial em que você se instale, não tem impostos, os custos são menores. Você pode, por exemplo, transferir uma fábrica inteira de um lugar, instalá-la numa ZPE e produzir 80% do que você fabricar para exportação, com vantagens comparativas, que zonas desse tipo têm no mundo todo – disse o ministro.

Senado comemora os 87 anos de fundação do PCdoB

O Plenário do Senado comemorou ontem os 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil, ocorrida em 25 de março de 1922. Para o autor do requerimento, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), esse aniversário, mesmo não sendo uma data “arredondada”, merece ser registrado em função de o sistema capitalista viver uma “crise de largas proporções”.

– O PCdoB comemora 87 anos em meio a uma conjuntura desafiadora no plano nacional e internacional, um momento no qual a História nos convida para uma profunda reflexão sobre o melhor caminho a ser seguido – ressaltou.

Inácio Arruda afirmou que a crise do capitalismo não é passageira e tampouco setorizada, e sim gerada pelo “esgotamento de um padrão de acumulação que não mais se sustenta em sua autofagia e que o coloca com impossibilidades de uma superação dentro dos marcos do atual modelo”.

Contribuição

Parlamentares de diversos partidos destacaram a importância do PCdoB para o Brasil. Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou quem afirma hoje que o PCdoB não deveria ter participado da Guerrilha do Araguaia. Paulo Paim (PT-RS) lembrou os 16 militantes do Partido Comunista do Brasil que foram lutar na Guerra Civil Espanhola, em 1936. Cristovam Buarque (PDT-DF)

fez o que chamou de “um desafio” ao PCdoB: rever a luta de classes, de modo a criar uma nova utopia política.

Já Renato Casagrande (PSB-ES) enfatizou a luta comum dos partidos de esquerda que integram a base do governo por melhoria na saúde, na segurança e na educação. Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou o relevante papel desempenhado pelo PCdoB na história recente do país.

Rosalba Ciarlina (DEM-RN) lembrou que muitas das melhorias obtidas pelos trabalhadores do sal e da construção civil do seu estado se devem aos militantes do PCdoB. Mão Santa (PMDB-PI) mencionou o fato de o partido ter vivido 60 anos na clan-

destinidade.

José Nery (PSOL-PA) declarou que “a luta pelo socialismo é mais atual do que nunca, neste momento em que o mundo assiste à falência do Consenso de Washington”. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que, desde sua fundação, o PCdoB sempre teve presença decisiva em todos os momentos importantes da História do Brasil.

Já o presidente do Senado, José Sarney, disse que teve “a felicidade de legalizar o PCdoB” quando foi presidente da República.

Também discursou o presidente do partido, Renato Rabelo, que destacou a importância da atividade política na saída para a crise econômica internacional.



Inácio Arruda (E) critica capitalismo: “História convida para uma profunda reflexão”

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Repressão ao crime organizado

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. Entre os itens da pauta de votações, está o projeto que institui normas para reprimir o crime organizado.

Embaixador português visita Sarney

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe, às 11h, o Embaixador de Portugal, João Manuel Guerra Salgueiro, e, às 11h30, a bancada do estado de Mato Grosso. Às 16h, preside a ordem do dia.

Finanças de empresas na internet

Às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se para votar 38 itens, sendo 36 deles projetos de decreto legislativo dispondo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. Também está em pauta proposta que altera a Lei 11.638/07, para exigir que as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedade anônima, publiquem suas demonstrações financeiras na rede mundial de computadores.

Na CDH, debate sobre racismo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate, às 9h, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001. Foram convidados, entre outros, os ministros das Relações Exteriores e de Promoção da Igualdade Racial.

CDR examina política urbana

Reunião, às 9h, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa dois projetos de lei que alteram o Estatuto das Cidades. Um estabelece diretrizes gerais da política urbana e o outro determina a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana.

Orçamento

A Comissão de Orçamento (CMO) se reúne, às 14h30, para concluir a eleição da Mesa que dirigirá os trabalhos do colegiado.

CCJ decide sobre precatório

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, a partir das 10h, três emendas de Plenário ao substitutivo a propostas de emenda constitucional sobre precatórios. Em seguida, discute em audiência pública o projeto que determina a reserva de vagas nas universidades para alunos provenientes de escolas públicas. Na terceira parte da reunião será analisado, entre outras matérias, substitutivo da Câmara ao projeto que prevê a possibilidade de utilização de pulseira ou tornozeleira eletrônica na vigilância de condenados.

Comissões debatem moradia

As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência, às 11h, com o ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre a devolução de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que deveriam ser usados no Programa de Ação Social (PAS). Ele deverá esclarecer também os detalhes do programa Minha Casa, Minha Vida.

Ministro da Justiça e diretor-geral da Polícia Federal prestariam esclarecimentos sobre operação Castelo de Areia, que apura doações ilegais da Camargo Corrêa a partidos



Arthur Virgílio pergunta se o objetivo da ação policial era prejudicar o PSDB e o DEM. "Tarso tem muito a explicar", diz

Virgílio quer convocar Tarso Genro e Luiz Fernando Corrêa

O LÍDER DO PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem requerimento para que o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, sejam convocados para explicar a operação Castelo de Areia. A ação policial investigou doações ilegais feitas pela empreiteira Camargo Corrêa a partidos políticos.

– Será que o objetivo era prejudicar o PSDB e o DEM? – questionou.

Arthur Virgílio se referia às supostas doações irregulares que teriam beneficiado os dois partidos e, especificamente, os senadores José Agripino (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ao responderem às acusações, ambos declararam que as doações

que receberam da empresa foram realizadas legalmente.

Na opinião de Virgílio, da forma como as denúncias foram divulgadas, "parece que o governo pretende criminalizar as doações legais e, ao mesmo tempo, esconder o superfaturamento da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco". O senador se referia às suspeitas de que parte dos recursos destinados à construção da refinaria teria sido desviada para beneficiar, entre outros, o PT.

O líder do PSDB citou ainda a notícia de que a Polícia Federal não mencionou o PT na operação Castelo de Areia porque, apesar de o partido ter recebido doações da Camargo Corrêa, não haveria indícios de ilegalidade no repasse. Ao

criticar a Polícia Federal, o senador amazonense perguntou se, "por acaso, havia indícios nas doações feitas ao PSDB e ao DEM".

– Tarso Genro tem muito a explicar nesse caso – afirmou.

Quando à Polícia Federal, Virgílio disse que "há uma parte dessa instituição que é absolutamente profissional e não está vinculada a governo algum".

Para o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), as denúncias envolvendo o seu partido e o DEM são decorrência da disputa eleitoral pela Presidência da República e, por isso, teriam "o objetivo de confundir a opinião pública e comprometer a oposição".

– E o governo já colocou a campanha na rua – acusou.

Agripino recebe em Plenário solidariedade de colegas

Vários senadores manifestaram ontem solidariedade a José Agripino (RN), líder do DEM no Senado, devido às denúncias de que ele teria recebido doações ilegais da empresa Camargo Corrêa. Os parlamentares defenderam os argumentos apresentados por Agripino, que reconheceu a transferência de recursos, mas ressaltou que a operação foi legal.

Ao apoiá-lo, Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou que "querem criminalizar as doações legais, já que Agripino provou que tudo foi feito dentro da lei". O presidente da Casa, José Sarney, também defendeu o senador potiguar e destacou que "ele sempre cumpriu o seu dever como líder da oposição".

Heráclito Fortes (DEM-PI), que também manifestou soli-

dariedade a Agripino, reiterou a opinião de Arthur Virgílio de que as denúncias visam "desviar a atenção" das suspeitas de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco – a obra está entre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. Na opinião de Heráclito, "é estranho que os partidos da base tenham sido poupados das acusações".

Já Osmar Dias (PDT-PR) argumentou que "não é justo ser misturado com aquilo que deve ser condenado, porque Agripino não deixa dúvidas sobre a sua integridade".

– Ele conta com o meu apoio, inclusive porque já passei por isso – disse o senador, ressaltando que "o PDT não recebeu doação de espécie alguma da Camargo Corrêa".

Também apoiaram Agripino os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que foi alvo das mesmas denúncias e também declarou que recebeu doações legais –, Adelmir Santana (DEM-DF), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gim Argello (PTB-DF), Mário Couto (PSDB-PA) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).



Agripino diz que doações que recebeu foram legais

Expedito defende regulamentação da atividade dos mototaxistas

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu a aprovação do projeto que regulamenta a atividade dos mototaxistas e motoboys (PLS 203/01). A matéria, proposta pelo então senador Mauro Miranda, deverá ser analisada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto recebeu alteração na Câmara, onde foi apresentado um substitutivo, mas Expedito Júnior, relator na CCJ, deu preferência ao projeto original.

Entre as exigências a serem cumpridas pelos mototaxistas e motoboys estão a idade mínima de 21 anos para ser condutor, habilitação na categoria "A" há pelo menos dois anos e a realização de curso de formação especial. Após exame na CCJ, a matéria ainda terá de ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador disse que o serviço prestado pelos mototaxistas é hoje uma realidade em todo o país, sobretudo no interior de Rondônia, onde esses profissionais trabalham junto com os taxistas e esperam pela regulamentação de suas atividades há



Expedito: serviço de mototáxi é hoje uma realidade em todo o país

muitos anos.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que a atividade dos mototaxistas precisa ser regulamentada.

Energia

Expedito Júnior fez ainda um apelo ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para que cobre das empresas de energia elétrica o cumprimento do calendário de implantação do programa Luz para Todos, em Roraima, "tendo em vista que muitas localidades do interior do estado ainda sofrem com a falta de energia elétrica".

Senadores apoiam proposta do líder do PSDB

Arthur Virgílio recebeu o apoio de vários colegas ao discurso em que exigiu esclarecimentos do ministro da Justiça, Tarso Genro, e do diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, sobre a operação Castelo de Areia. Como Virgílio, outros senadores suspeitam que o vazamento de informações sobre supostas doações ilegais a partidos de oposição pela construtora Camargo Corrêa serviu para encobrir doações da empresa ao PT e suposto superfaturamento da Refinaria Abreu e Lima, no Porto de Suape (PE).

Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), a investigação do suposto superfaturamento apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e que teria originado a operação Castelo de Areia, seria "uma bomba política, um tiro no coração do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]".

Kátia Abreu (DEM-TO) disse considerar imoral o vazamento e pediu uma investigação na PF, onde haveria "maças podres misturadas a frutas sãs".

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou acreditar que a Polícia Federal tentou "juntar o joio ao trigo", fazendo recair sobre a oposição ilegalidades cometidas pelo PT, das quais o mensalão é um exemplo. Para o parlamentar, seria boa idéia investigar o caso por meio de uma comissão parlamentar de inquérito.

Controle externo

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) considerou o vazamento como criminoso e pediu o controle externo da Polícia Federal. Na opinião de Renan Calheiros (PMDB-AL), "não dá mais para conviver com o sensacionalismo e a manipulação política" de investigações da PF.

Para Rosalba Ciarlini (DEM-

RN), "ficou claro o desvio de foco das investigações da Refinaria Abreu e Lima para doações legais a partidos como o DEM e o PSDB". Marconi Perillo (PSDB-GO) alertou para o fato de que os vazamentos ocorreram num momento em que a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "está ameaçada". O senador também é favorável à investigação, por meio de comissão parlamentar de inquérito, das suspeitas de corrupção no governo.

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que ecoava os questionamentos feitos pelo senador Gim Argello (PTB-DF) sobre a falha da Polícia Federal ao não apurar a legalidade das doações da Camargo Corrêa aos partidos de oposição. E Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) declarou que a "manipulação política da PF" é pior do que o "exibicionismo de prisões ocorridas há cerca de dois anos".

Mão Santa pede conclusão de porto no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo por não concluir as obras do porto de Luiz Corrêa (PI). Ele citou notas publicadas na imprensa que cobravam a continuidade da construção e informavam que o próprio sena-

dor destinou recursos por meio de emendas para a edificação, mas tudo continua parado.

Segundo o parlamentar, a obra permitiria o incremento da indústria da pesca e do turismo no estado, aliada à necessária

queda do preço da gasolina. Ele se disse indignado com declaração do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, feita em audiência no Senado, de que o litro de gasolina está mais barato que o de água. Mão Santa ironizou

dizendo que "só se o povo do PT bebe água francesa Perrier".

O parlamentar afirmou que houve queda da avaliação positiva do governo Lula, e que "a tendência é de que os índices caiam ainda mais".

Telefonia celular deve seguir norma da OMS para evitar danos à saúde

Será encaminhado à sanção presidencial projeto aprovado pelos senadores que obriga as estações transmissoras de radiocomunicação e empresas de energia a obedecerem aos limites recomendados para exposição humana a campos elétricos e magnéticos

AS ANTENAS DE telefonia celular e sistemas de energia elétrica, que operam na faixa de 300 GHz, deverão obedecer aos limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos por elas gerados. Projeto aprovado ontem pelo Senado estabelece que empresas prestadoras de serviço que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, fornecedores de terminais de usuário e concessionárias de serviços de energia elétrica estão obrigados a seguir esse padrão. A matéria será enviada à sanção do presidente da República.

O projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados, no ano 2000, pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Na justificativa, ele destacou especialmente os efeitos colaterais das radiações emitidas pelas estações de telefonia celular disseminadas nos grandes centros urbanos. O parlamentar citou estudo dando

conta que as ondas magnéticas provocam excitação das moléculas humanas, aumentando a temperatura e provocando alterações biológicas nos tecidos do corpo, e acabando por afetar órgãos vitais. Segundo Gabeira, o problema maior se dá justamente na faixa de frequência utilizada pela telefonia celular, que pode deixar o corpo humano vulnerável até mesmo a certos tipos de câncer.

Proteção

Em defesa da proposição (PLC 31/08), o relator no Senado, Mário Couto (PSDB-PA), destacou que a medida tem o intuito de garantir proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

No parecer, o parlamentar ressaltou que inúmeros estudos realizados nos últimos anos têm detectado efeitos adversos dos campos elétricos e magnéticos sobre a saúde humana. Segundo ele, alguns tipos de câncer em crianças e adultos; problemas de depressão, que podem levar

inclusive a suicídios; distúrbios cardiovasculares; disfunção na reprodução; alterações imunológicas; distúrbios no crescimento; e doenças do sistema nervoso, são enfermidades possivelmente associadas às radiações emanadas por campos eletromagnéticos.

Mário Couto explicou que desde meados da década passada a OMS vem estudando os potenciais riscos que as antenas de radiotransmissão e as torres de energia elétrica podem representar para a vida humana.

O parlamentar destacou ainda que a proposição prevê o financiamento de pesquisas científicas sobre a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

A proposta também determina que o órgão federal regulador das atividades de telecomunicações ficará encarregado de fiscalizar o cumprimento dos limites estabelecidos pela futura lei.

Aprovada mobilização para doação de medula óssea

Em fevereiro, um dia após o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) perder seu filho, vítima de leucemia mieloide aguda, a Câmara aprovou projeto que o parlamentar havia apresentado no ano anterior, instituindo a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea. Ontem, o Senado também acolheu a proposição (PLC 07/09) que será encaminhada à sanção presidencial.

O projeto determina que a semana de mobilização ocorrerá todos os anos entre 14 e 21 de dezembro. Nesse período, serão desenvolvidas atividades de esclarecimento e incentivo à doação de medula óssea e à captação de doadores.

As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas a fim de informar e orientar sobre a importância da doação da medula óssea para salvar vidas.

Também serão divulgados os procedimentos para as pessoas incluírem seus dados no

Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) – informou o relator, Renato Casagrande (PSB-ES).

Expedito Júnior (PR-RO) retirou projeto de sua autoria, o PLS 367/08, que instituiu o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea, com o objetivo de facilitar a aprovação da proposta de Beto Albuquerque.

Sobrevivência

Flávio Arns (PT-PR) disse que o transplante de medula significa uma possibilidade de sobrevivência, uma chance de pessoas doentes recuperarem a saúde. Ele assinalou que a realização de semanas de mobilização desmistificará a ideia de que o material é retirado da coluna espinhal. A doação é feita a partir de punções, com agulhas, nos ossos posteriores da bacia. Essa operação não causa qualquer comprometimento à saúde. Maiores informações podem ser acessadas no site do Instituto Nacional de Câncer (www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=64).

Com esse projeto, opinou o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Beto Albuquerque iniciou o processo que permitirá que várias vidas sejam salvas. Por sua vez, o senador João Pedro (PT-AM) afirmou que a iniciativa representa um ato de cidadania. Já Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu o gesto de grandeza do deputado Beto Albuquerque.

Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou o sofrimento do parlamentar que perdeu o filho, e elogiou Expedito Júnior por ter concordado em abrir mão da tramitação do seu projeto. Cristovam Buarque (PDT-DF) expressou sua satisfação em ver o Senado deliberar sobre uma matéria que poderá melhorar as condições de várias pessoas e salvar vidas. Marconi Perillo (PSDB-GO), que presidiu a sessão durante a votação da matéria, classificou o projeto como de grande relevância.



O Plenário do Senado adiou a votação da proposta referente ao prazo para imigrante em situação irregular solicitar residência provisória no país

Plenário acata três nomes de embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem os nomes indicados pelo presidente da República para serem embaixadores na Ucrânia, na Namíbia e em São Tomé e Príncipe.

Para chefiar a embaixada brasileira em Kiev, capital da Ucrânia e, cumulativamente em Chisinau, capital da Moldávia, foi aprovado o nome de Antonio Fernando Cruz de Mello. Esse será seu primeiro cargo de embaixador. Atualmente ele é cônsul-geral em Ciudad Del Este (Paraguai).

O comércio bilateral com a Ucrânia vem se expandindo nos últimos anos, passando de US\$ 651 milhões em 2007 para pouco mais de US\$ 1 bilhão em 2008. O Brasil exporta principalmente carnes suína e bovina, aves, café, fumo, bauxita, tratores e refrigeradores. Importa da Ucrânia ureia, breu, carvão, ferro e pigmentos. Há cerca de 450 mil ucranianos e descendentes vivendo no Brasil.

A embaixada do Brasil em Windhoek, capital da Namíbia, será chefiada pelo diplomata José Vicente da Silva Lessa. Também esse será o seu primeiro cargo de embaixador, que é ministro-consultor da embaixada em Berna, capital da Suíça.

O comércio bilateral entre Brasil e Namíbia cresceu 600% desde 2002, passando de US\$ 3,8 milhões para US\$ 23 milhões em 2008. Há interesse bilateral no fortalecimento das relações nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e construção naval.

O diplomata Arthur Vivacqua Correa Meyer vai chefiar a embaixada brasileira em São Tomé, capital de São Tomé e Príncipe. Ele é hoje embaixador em Georgetown, na Guiana.

O Brasil colabora em vários projetos de cooperação bilateral e multilateral para beneficiar São Tomé e Príncipe, especialmente nas áreas de educação, gestão pública, saúde pública, segurança alimentar e merenda escolar.

Senadores deixam para hoje exame de projeto sobre imigrante ilegal

Os senadores votarão hoje em Plenário o projeto (PLC 10/09) que reabre para os imigrantes em situação irregular o prazo para que solicitem residência provisória. Em reunião dos líderes partidários, houve acordo para que o projeto fosse votado ontem como saiu da Câmara, mas o relator, Romeu Tuma (PTB-SP), apresentou quatro emendas à proposta durante a discussão no Plenário. Com isso, alguns líderes pediram 24 horas para examinar as mudanças.

Tuma decidiu mudar a data limite de entrada do imigrante. A Câmara havia permitido a residência provisória para quem comprovasse entrada no país até 1º de fevereiro deste ano. Tuma propõe que a data limite seja 1º de novembro de 2008, por entender que, após o anúncio feito pelo governo no ano passado sobre a reabertura do prazo para regularização de imigrantes, "comerciantes inescrupulosos" podem ter facilitado a entrada ilegal de estrangeiros, prevendo a regularização.

De acordo com o projeto, o pedido de residência provisória por imigrantes irregulares é o primeiro passo para a solicitação de residência definitiva. Ao solicitar a residência provisória, o estrangeiro deve apresentar comprovante de entrada no país, além de declaração de que não responde a processo criminal ou de que não tenha sido condenado criminalmente no Brasil ou no exterior. Em seguida, pagará taxa para expedição da carteira de identidade de estrangeiro.

Em até 90 dias antes do vencimento da carteira, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente.

Se forem aprovadas as emendas do senador Romeu Tuma, a matéria retornará à Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, os líderes partidários decidiram adiar a votação de requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para criação de subcomissão temporária que acompanharia o cumprimento, por parte do governo, das Metas do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o fim da fome até 2015.

Samuel preside reunião de líderes partidários, que decidiram examinar todos os vetos em 28 de abril

Líderes aguardam decisão sobre MPs

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem, após reunião de líderes, que foi firmado acordo para que o Senado acompanhe a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tramitação das medidas provisórias (MPs). Mercadante lembrou que a compreensão preliminar do STF sobre a questão é que apenas os projetos de lei ordinária não podem ser votados enquanto a pauta estiver travada por medidas provisórias.

Segundo ainda Mercadante, foi fixado o dia 28 de abril para votação dos vetos presidenciais pendentes e acertar o exame de

residência provisória por imigrantes irregulares é o primeiro passo para a solicitação de residência definitiva. Ao solicitar a residência provisória, o estrangeiro deve apresentar comprovante de entrada no país, além de declaração de que não responde a processo criminal ou de que não tenha sido condenado criminalmente no Brasil ou no exterior. Em seguida, pagará taxa para expedição da carteira de identidade de estrangeiro.

Em até 90 dias antes do vencimento da carteira, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente.

Se forem aprovadas as emendas do senador Romeu Tuma, a matéria retornará à Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, os líderes partidários decidiram adiar a votação de requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para criação de subcomissão temporária que acompanharia o cumprimento, por parte do governo, das Metas do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o fim da fome até 2015.

Em até 90 dias antes do vencimento da carteira, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente.

Se forem aprovadas as emendas do senador Romeu Tuma, a matéria retornará à Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, os líderes partidários decidiram adiar a votação de requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para criação de subcomissão temporária que acompanharia o cumprimento, por parte do governo, das Metas do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o fim da fome até 2015.

propostas de emenda à Constituição (PECs). A exceção seriam dois projetos que reúnem várias proposições e aguardam parecer aglutinador: a que reduz a maioria penal, que agrupa subcomissões, e a que acaba com o voto secreto, que reúne três. — A nossa bancada [do PT] votará favoravelmente ao fim do voto secreto, mas não há acordo de mérito no Senado — disse. Mercadante lembrou que, como são três propostas, um único parecer permitirá que haja uma só votação. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi designado para dar o parecer.

Ciclo de audiências públicas proposto por Casagrande será realizado com o objetivo de acompanhar a implantação de projeto do Executivo, hoje em tramitação na Câmara

Comissão quer acompanhar plano sobre mudança do clima

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas aprovou ontem seis requerimentos, entre eles o de Renato Casagrande (PSB-ES) que solicita a realização de um ciclo de audiências, com periodicidade mínima de seis meses, com o objetivo de acompanhar a



A mesa, o deputado Coelho Martins (D) e a senadora Ideli Salvatti

implantação do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, de autoria do Executivo, em tramitação na Câmara (PL 3.535/08).

O plano trata de temas como o fim da perda líquida da área de cobertura florestal do país até 2015, e da destinação de verbas para recomposição de áreas de preservação permanente e reservas legais, conservação dos biomas e aumento da sustentabilidade no setor agropecuário.

Na reunião ficou acertado que o plano de trabalho e o calendário de atividades da comissão, que seriam divulgados ontem, deverão ser apresentados na próxima semana, tendo em vista que o relator do colegiado, deputado Colbert Martins (PMDB-BA), pretende reunir no documento as sugestões que ainda vêm sendo encaminhadas pelos deputados e senadores.

A presidente do colegiado, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), designou oficialmente o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) como relator-adjunto. Ele irá atuar na elaboração do plano de trabalho e na criação de grupos temáticos de discussão sobre as mudanças climáticas.

O deputado é autor de um dos

requerimentos aprovados pela comissão, em que solicita audiência para esclarecer a posição oficial do Brasil face às mudanças climáticas e às medidas a serem adotadas pelo governo para aliviar os efeitos do aquecimento global. Serão convidados para o debate, em data a ser definida, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; e o coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, professor Luiz Pinguelli Rosa.

A comissão também aprovou dois requerimentos do deputado José Guimarães (PT-CE): o primeiro propõe debate sobre o inventário de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. O segundo solicita audiência para instrução do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima.

Foram aprovados ainda dois requerimentos da vice-presidente da comissão, deputada Vanessa Graziotin (PCDoB-AM), que também solicitam a realização de audiências. A deputada quer debater o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) e os efeitos das mu-

danças climáticas na Amazônia.

Comitiva

Na mesma reunião, Ideli comunicou a ida de uma comitiva de deputados americanos na próxima semana a Brasília, onde deverão manter encontros com autoridades do governo para discussão de assuntos relacionados às mudanças climáticas. A senadora disse ainda que gostaria de ter acesso aos dados de adesão ao Movimento Hora do Planeta, promovido pela organização não-governamental global. Serão convidados para o último dia 28, quando cidadãos, órgãos governamentais e empresas de todo o mundo foram convidados a apagar as luzes durante uma hora, com o objetivo de divulgar os riscos das mudanças climáticas.

— Valeria a pena ter um detalhamento. O evento mobilizou milhares de pessoas e instituições em todo o mundo. Oitenta e oito países participaram. No Brasil, quase uma centena de cidades participou do movimento, que contou com a adesão do Senado — afirmou Ideli.

A senadora também apresentou voto de aplauso à empresa Carbono do Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, de Santa Catarina, única empresa brasileira a obter destaque em concurso promovido pelo jornal *Financial Times*, que escolheu 12 soluções inovadoras para o convívio com as mudanças climáticas, segundo informou.

Cícero Lucena lamenta queda de receita do FPM

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou que a queda de arrecadação do governo federal esteja reduzindo os recursos repassados às prefeituras por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em discurso ontem, o parlamentar criticou o governo por ter mantido a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e incluído materiais de construção entre os itens com diminuição de alíquota, o que deve diminuir ainda mais a arrecadação do FPM, composto em grande parte pelos recursos obtidos com o IPI. O senador informou que, em janeiro, os recursos distribuídos pelo FPM já haviam diminuído 3,5%: em fevereiro, a redução chegou a 11%.

Cícero Lucena sugeriu que, em vez da redução do IPI, fosse diminuída a carga da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), como foi feito com as motocicletas. A queda da arrecadação da Cofins, defendeu, não reduziria a distribuição do FPM.



Lucena: redução do IPI diminuiu recursos municipais

Valter diz que municípios terão apoio do Senado

Valter Pereira (PMDB-MS) prometeu mobilizar o Senado em prol dos municípios de pequeno porte, que estão "perdendo fôlego" por causa dos benefícios fiscais concedidos pelo governo a vários setores, o que têm como consequência a queda nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Um dos efeitos imediatos da queda dos repasses é a inadimplência, que tem rondado mesmo municípios tradicionalmente pontuais com seus compromissos financeiros. Conforme o senador, o INSS é credor das prefeituras brasileiras em cerca de R\$ 22 bilhões. Também de acordo com ele, na maioria dos casos, os débitos já foram renegociados em condições desiguais. Valter disse ainda que a Previdência está desconsiderando a Súmula Vinculante 8, do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu a prescrição de dívidas com o INSS ao cabo de cinco anos, mantendo o prazo anterior, de dez anos.



Valter: cidades pequenas estão "perdendo o fôlego"

Limitação de embargo pode acelerar decisões da Justiça

Os juristas da comissão externa responsável pela elaboração de um anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP) discutiram na manhã de ontem a limitação dos recursos de embargos declaratórios a apenas uma oportunidade. A medida poderá determinar mais celeridade ao julgamento de recursos nos tribunais brasileiros, conforme explicou o relator da comissão, o procurador regional da República da 1ª Região, Eugênio Pacelli de Oliveira.

A redução desses embargos, de acordo com o relator, tem a finalidade de evitar a interposição ilimitada de recursos que tenham apenas a intenção de protelar decisões judiciais.

– O recurso de embargos declaratórios é feito de modo ilimitado. Disso decorre a possibilidade de oposição e de interposição de várias vezes o mesmo recurso. Agora nós limitaremos expressamente a uma única

oportunidade. São recursos que já existem, mas o modo de processamento deles é que pode ser mais ágil, e, com isso, ganha-se, evidentemente, mais celeridade na prestação jurisdicional – disse Eugênio Pacelli.

Em sua opinião, esse tema é um ponto sensível e necessita de mais debate. Os outros assuntos do capítulo sobre recursos, no entanto, de acordo ainda com Pacelli, não receberão muitas inovações.

O colegiado vai apresentar um texto para discussão em audiências públicas no Senado Federal e nas principais capitais brasileiras, a fim de colher contribuições da sociedade para a proposta de novo CPP. O texto final será entregue até o início de julho ao presidente do Senado. Sugestões dos cidadãos podem ser enviadas ao site www.senado.gov.br/novocpp e ao e-mail novocpp@senado.gov.br.



Maciel, entre Camata (E) e Papaléo, preside reunião da comissão de reforma

Recurso ao Plenário contra prejudicialidade de matéria

A comissão temporária criada para apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno do Senado Federal discutiu ontem uma norma sugerida pelo relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), que, se aprovada, criará a possibilidade de declaração terminativa da prejudicialidade, sujeita a recurso. Na reunião, os senadores debateram alterações em vários capítulos do regimento, mas adiaram a votação para o encontro da próxima terça-feira.

O capítulo XVI da proposta trata da prejudicialidade. A sugestão de Camata, com a qual concordaram preliminarmente os senadores Marco Maciel (DEM-PE), presidente da comissão, e Papaléo Paes (PSDB-AP),

é que, na hipótese de uma comissão aprovar parecer declarando a prejudicialidade de uma matéria, ela será encaminhada diretamente ao Plenário.

Depois da leitura do parecer em sessão, será aberto prazo de dois dias úteis, no qual um décimo da composição do Senado poderá apresentar recurso.

Alguns dos capítulos discutidos ontem pela comissão temporária foram “Da tramitação em conjunto das proposições”, “Dos processos referentes às proposições”, “Da apreciação das proposições”, “Da redação do vencido e da redação final”, “Da correção de erro”, “Dos autógrafos”, “Da prejudicialidade”, “Do sobrestamento do estudo das proposições” e “Da urgência”.

Ao receber pauta legislativa do setor industrial brasileiro, senador afirma ser necessária uma união de esforços suprapartidários para superar efeitos da crise

Marconi: agenda da CNI é um estímulo à ação do Congresso

EM NOME DO presidente do Senado, José Sarney, o vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu ontem, das mãos do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto, a agenda do setor para 2009. Na ocasião, Marconi declarou que, com esse gesto, a CNI deixa clara sua intenção de colaborar para a celeridade dos trabalhos legislativos e para o desenvolvimento do país.

Na opinião do senador, a agenda não é apenas um documento reivindicando a votação de projetos no Legislativo, mas valioso instrumento de estímulo à ação do Congresso no grave momento representado pela crise financeira mundial. No discurso, ele se referiu à legítima representação da atividade produtiva consistente na CNI, assim como à qualidade dos líderes ali presentes, que, há 14 anos, se debruçam sobre os temas cruciais da vida nacional.

União

Depois de afirmar que os reflexos da crise financeira já chegaram aos trabalhadores brasileiros, Marconi Perillo considerou fundamental a união de esforços suprapartidários para



Presidente da CNI, Armando Monteiro (2º à dir.) acompanha fala de Marconi Perillo

superar essa situação. Observou que o problema resultante da crise é de todos, sendo também de todos a responsabilidade pela busca de soluções.

– Essa agenda será um instrumento valioso nos nossos trabalhos legislativos – frisou.

Por sua vez, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, disse que, se indústria e comércio caminharem mal, a repercussão será negativa em todos os setores econômicos do país.

– Essa agenda é mobilizadora da atividade legislativa. Essa entrega não é uma simples entrega, especialmente num momento de crise internacional.

Ao entregar o documento, Armando Monteiro Neto referiu-se à agenda como um instrumento de diálogo entre o setor produtivo e o Congresso. Explicou que mais de 300 empresários se debruçaram na tarefa de elaborar o documento, examinando mais de 600 proposições legislativas. Foram selecionados 119 projetos e elencados 13 deles como representativos de pauta mínima.

O presidente da CNI assinou que na definição dessas 13 proposições dois aspectos preponderaram: a crise financeira que afeta o mundo e a necessidade de o Brasil enfrentar essas dificuldades e planejar para o período pós-crise.

Indústria pede votação da reforma tributária

A Agenda Legislativa da Indústria – 2009 reúne, segundo informações do site da CNI, as 119 proposições legislativas de maior importância para o setor produtivo que tramitam no Congresso Nacional. Pela segunda vez em 14 anos, o documento apresenta uma pauta mínima – neste ano, composta por 13 itens, entre os quais a proposta de emenda à Constituição (PEC 31/07) que promove a reforma tributária. Eles serão o foco de atuação da CNI no Congresso neste ano.

Entre as proposições cuja análise é considerada urgente pela CNI, estão ainda três relacionadas ao meio ambiente, outras três referentes a mudanças na legislação trabalhista e seis que tratam da regulamentação da economia. Essas matérias foram definidas em fevereiro último,

em seminário com a participação de 200 representantes de federações de indústrias e de associações nacionais setoriais.

Prioridades

De acordo com o site, as prioridades legislativas da indústria para este ano são projetos “que têm impacto estrutural no ambiente de negócios do país, geram efeitos positivos na competitividade das empresas e favorecem a realização do investimento privado”. Para a entidade, a implementação dessa pauta mínima “contribuirá para eliminar algumas importantes distorções que reduzem o potencial de crescimento da nossa economia e para reforçar a capacidade do Brasil em participar destacadamente no processo de superação da crise internacional, tornando-se des-

tino privilegiado das decisões de alocação da produção global”.

Quanto à proposta de reforma tributária, cuja tramitação recebe “o foco da indústria”, a CNI aponta como pontos positivos a desoneração de investimentos e exportações, a eliminação de distorções no comércio exterior e a simplificação e desburocratização da estrutura tributária, “especialmente com a federalização da legislação e a unificação das alíquotas do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], o que permitirá o fim da guerra fiscal, a extinção de alguns tributos federais e a criação do IVA-Federal [Imposto sobre Valor Agregado]”.

A Agenda Legislativa da Indústria será enviada aos 81 senadores e aos 513 deputados federais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Inácio Arruda • Marconi Perillo • Gilvam Borges • Lúcia Vânia

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



J. Freitas

Projeto que autoriza criação de universidade em Mato Grosso também foi aprovado

Comissão aprova regulamentação profissional dos *disc-jockeys*

Responsáveis pela animação de festas e casas noturnas, os *disc-jockeys* ou DJs – que somam quase 1 milhão em todo o país – poderão ter sua profissão regulamentada. É o que determina projeto do senador Romeu Tuma (PTB-SP) aprovado hoje pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE).

De acordo com a proposição (PLS 740/07), que ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os *disc-jockeys*, para obter o registro profissional, deverão ter diploma de curso profissionalizante e atestado de capacitação fornecido pelo sindicato representativo da categoria. A duração do trabalho não poderá ser superior a seis horas diárias e 30 horas semanais.

– Esses profissionais passarão a ter a oportunidade de desenvolver melhor o seu trabalho com a aprovação da matéria – disse senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), relatora da proposta.

Outro projeto (PLS 603/07) acolhido pela CE, este em caráter terminativo, autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Mato Grosso, com sede em Sinop. O texto foi apresentado por Jayme Campos (DEM-MT) e relatado por Gilberto Goellner

(DEM-MT).

Cinco projetos de lei da Câmara receberam pareceres favoráveis da comissão. O PLC 56/08 institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental, a ser celebrado anualmente em 31 de janeiro. O PLC 76/08 denomina Campus Universitário Professor Celso Müller do Amaral o *campus* da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul.

O PLC 14/08, por sua vez, dá o nome de José Hosken de Novaes ao *campus* de Londrina (PR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O PLC 126/08, que também recebeu parecer favorável da CE, denomina Viaduto Márcio Rocha Martins a construção localizada na rodovia BR-040, entre os municípios de Ouro Preto e Itabirito, em Minas Gerais. Foi aprovado ainda o PLC 86/08, que institui o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica, a ser celebrado em 15 de setembro.

Durante a reunião, Gerson Camata (PMDB-ES) comemorou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei, apresentado por ele, que estabelece o Ano Nacional do Ensino Técnico, a ser celebrado em 2009, quando se festejam os cem anos da fundação da primeira escola técnica brasileira.

Patativa do Assaré é lembrado com menção em Ano Nacional

A Comissão de Educação aprovou projeto que institui 2009 como o Ano Nacional Patativa do Assaré, com o objetivo de comemorar o centenário do nascimento do poeta, violeiro e cantor cearense.

– Possivelmente devido ao fato de que a valorização da cultura e de seus realizadores está acentadamente deslocada para o Sudeste do Brasil, o trabalho de Patativa do Assaré permanece ainda sem o merecido reconhecimento nacional – afirmou Flávio Arns (PT-PR), relator da proposta (PLS 302/08).

O senador lembrou que o cantor cearense Antonio Gonçalves da Silva nasceu em 5 de março de 1909 na Serra de Santana, município de Assaré, e morreu aos 93 anos, em 2002, e ficou conhecido como Patativa do Assaré.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do projeto, afirma em sua justificativa que a decisão de criar um “ano nacional” dedicado a figuras públicas

notáveis tem sido uma das maneiras de prestar o devido reconhecimento a brasileiros de destaque, a exemplo do que aconteceu com Santos Dumont, em 2006, e Machado de Assis, em 2008.

Educação ambiental

Também foi acolhido pela comissão projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), relatado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que institui o Dia Nacional da Educação Ambiental, a ser comemorado em 6 de junho. Em seu parecer, Rosalba apresentou emenda, também aprovada, segundo a qual fica o Poder Executivo autorizado a coordenar as comemorações e as atividades relacionadas à data comemorativa.

No mesmo sentido, a Comissão de Educação acolheu projeto da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatado por Inácio Arruda, que estabelece 20 de março como o Dia Nacional da Aquicultura.

Proposta aprovada pela CMA interrompe a contagem de prazos para reclamações por defeito aparente desde que o consumidor apresente queixa a órgão público competente

Projeto aumenta proteção a consumidor prejudicado

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que interrompe, no momento da queixa a órgão público competente, a contagem dos prazos a que o consumidor tem direito para reclamar aos fornecedores por produtos defeituosos e serviços prestados.

Pela legislação atual, o consumidor pode acionar os fornecedores para corrigirem falhas ou substituírem produtos em até 30 dias, para defeitos aparentes ou de fácil constatação, em caso

de fornecimento de produtos e de prestação de serviços não duráveis; ou, em até 90 dias, para produtos e fornecimento de serviços duráveis.

O relator do projeto (PLC 193/08), Gilberto Goellner (DEM-MT), lembra que a hipótese de interrupção da contagem desses prazos havia sido prevista no texto original do Código de Defesa do Consumidor aprovado pelo Congresso em 1990, porém acabou vetada pelo presidente da República.

O senador salienta que a perda do direito de reclamar deve

resultar da omissão do titular do direito. Ele argumenta que a reclamação junto a um órgão de defesa do consumidor já significa que o cidadão quer exercer o direito.

Em relação ao projeto original, do deputado Celso Russomano (PP-SP), Goellner restringiu a possibilidade de reclamação aos órgãos públicos de direito do consumidor. O texto aprovado pela Câmara, abria, no entendimento do relator, a possibilidade de apresentar a queixa, com efeito de suspensão dos prazos, a entidade privada.



José Cruz

Gilberto Goellner (E), relator na CMA: projeto restabelece ponto que foi vetado no Código de Defesa do Consumidor

Exigência de identificar transgênico será debatida

A CMA acolheu requerimento de audiência pública sobre projeto de decreto legislativo, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que acaba com a exigência de informações, nos rótulos de alimentos, sobre a presença de organismos geneticamente modificados (OGM). O requerimento é de Jefferson Praia (PDT-AM).

Durante o exame da proposta (PDS 90/07), na reunião anterior da Comissão de Meio Ambientes, Kátia Abreu disse ser con-

vicção da comunidade científica mundial que o fato de uma vaca ter sido alimentada com milho transgênico não faz com que sua carne seja transgênica. Ela acrescentou que nem a linguiça calabresa e nem os embutidos feitos a partir de um suíno que tenha comido ração transgênica podem ser considerados transgênicos.

– Isso é burocracia. Não dá para aprovar uma Lei de Biossegurança que permite a produção de alimentos a partir

de organismos geneticamente modificados e depois criar dificuldades para sua utilização. Seria mais fácil proibir os OGMs, mesmo que já tenha havido economia de R\$ 2 bilhões, somente com seu uso na lavoura do algodão – afirmou a senadora.

Também foi aprovada audiência com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sobre redução do desmatamento. Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA, é autor do requerimento.

Paim lê carta da CTB em defesa do emprego

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário ontem carta da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), dirigida a autoridades federais e estaduais, contendo uma série de sugestões para o combate ao desemprego e à crise econômica.

Entre as propostas apresentadas, estão redução do superávit primário, ampliação das verbas do PAC, valorização do salário mínimo, taxaço de grandes fortunas, fim do fator previdenciário, ampliação do prazo de validade do seguro-desemprego e reajuste imediato dos preços mínimos oficiais do governo, com especial atenção a uva, feijão, milho, trigo e leite.

Os trabalhadores elogiam as medidas tomadas pelo governo para debelar a crise, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas criticam a política de juros altos, responsável, de acordo com o texto, pela inibição do crescimento e da geração de empregos.



Genivaldo Magalhães

Texto lido pelo senador pede fim do fator previdenciário

Flávio Arns elogia programa da TV Senado

O senador Flávio Arns (PT-PR) prestou ontem em Plenário homenagem ao programa *Inclusão*, da TV Senado, dirigido pela jornalista Solange Calmon, servidora da Casa. O programa estreou na emissora em outubro de 2004 e foi o primeiro a exibir no vídeo a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), antes de ser aprovada a legislação que obriga a conversão da linguagem.

Já foram produzidas 47 edições do *Inclusão*. Entre os temas abordados nas matérias estão doença mental, autismo, edições anuais da Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, superdotados e escola especial.

Flávio Arns citou prêmios conquistados pelo programa, como o Clara de Assis de TV (2007), o Imprensa Embratel (2006), e o Programa Destaque de Televisão (2005).



Moneris Mártiz

Flávio Arns destaca prêmios conquistados pelo *Inclusão*

Proprietário de terra que formalizar contrato de parceria rural poderá ter acesso ao Fundo Garantia-Safra

Proposta estimula parceria com a agricultura familiar

PODERÁ TER ACESSO ao Fundo Garantia-Safra o proprietário outorgante que formalizar contrato de parceria rural com agricultores familiares. Ele também terá direito ao benefício, uma vez por safra, quando ocorrer calamidade pública, como seca e estiagem, ou outra situação de emergência.

Foi o que aprovou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, por meio de proposta (PLS 266/03) de Tasso Jereissati (PSDB-CE), acatada na forma de substitutivo. O texto ainda voltará a ser examinado pela CAE em turno suplementar. A proposta altera a lei que criou o Fundo Seguro-Safra (Lei 10. 420/02) para agricultores familiares do Nordeste, do semiárido de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo. A proposição também garante a agricultores organizados em consórcios e condomínios o direito de contratarem o seguro.

Na mesma reunião, a CAE aprovou a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 2009, elaborada pelo Banco Central e já aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O documento faz um balanço do desempenho da economia bra-

sileira no período e prevê metas de inflação, taxas de juros e de câmbio. O projeto segue para o Plenário. No documento, as autoridades monetárias ratificam que neste ano a restrição ao crédito externo e a redução do ritmo da atividade econômica internacional devem provocar a deterioração do resultado do balanço de pagamentos, "persistindo, contudo, condições adequadas de financiamento".

Quando ao setor privado, preveem que as empresas enfrentarão, ao longo do ano, condições mais adversas para a renovação de empréstimos em relação aos últimos cinco anos, "com impactos negativos sobre os prazos e os custos contratados".



Projeto de Jereissati dá a consórcio de agricultores direito de contratar seguro



Garibaldi Alves (D) preside reunião da CAE que aprovou seis requerimentos

Comissão de Assuntos Econômicos debaterá programa habitacional

Críticas à medida provisória que instituiu o programa Minha Casa, Minha Vida e trata da regularização fundiária de assentamentos urbanos levaram a Comissão de Assuntos Econômicos a aprovar requerimento de audiência sobre a questão habitacional. Coautores do requerimento, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Heráclito Fortes (DEM-PI) consideram necessário abrir uma brecha na medida (MP 459/09) para contemplar municípios com menos de 100 mil habitantes.

Essa iniciativa foi suscitada durante discussão de projeto (PLS 77/08) de Gilberto Goellner (DEM-MT) criando programa de incentivos fiscais para empregadores (pessoas físicas ou jurídicas) que ajudarem na construção da casa própria de seus empregados. A pedido do relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a votação da matéria foi adiada diante da "necessidade de confrontá-la com a MP 459/09".

Mais cinco requerimentos foram aprovados pela CAE. Dois deles pedem a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Francisco Dornelles (PP-RJ) propôs convite a representante do Grupo Gerdau e Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitou um debate com os professores Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro. O projeto (PLC 6/09) que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência também foi alvo de requerimentos de audiência, apresentados por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Romero Jucá (PMDB-RR). Já Cícero Lucena (PSDB-PB) teve acolhido requerimento de audiência sobre a redução dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por fim, a comissão aprovou requerimento de Zambiasi pedindo audiência sobre a MP 457/09, que trata do parcelamento de débitos previdenciários municipais.



Guilherme Dias, da CNA; Antonio Gustavo, do BC; Valter Pereira (C); Reinaldo Yokoyama, do BB; e Juraci Souto, da Contag

Governo deve aumentar recursos para safra 2009/10

Os produtores rurais deverão contar com mais recursos para o financiamento da safra agrícola de 2009/2010, segundo afirmaram representantes do Banco Central (BC) e do Banco do Brasil (BB), em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). No entanto, a expansão da produção de alimentos visando à exportação foi desaconselhada pelo professor Guilherme Dias, da Universidade de São Paulo (USP), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Ele apresentou dados que mostram acentuada queda da atividade econômica nos países compradores de produtos agrícolas brasileiros.

– Devemos manter a oferta de alimentos para o mercado interno e oferecer menos para o mercado externo – disse.

O alerta foi feito após Antonio Gustavo Matos do Vale, diretor de Liquidações e Desestatização do BC, anunciar a disposição do governo federal de aumentar o volume de crédito direcionado à agricultura. Na safra atual, que vai de julho de 2008 a julho de 2009, foram disponibilizados R\$ 65 bilhões para a agricultura patronal e R\$ 13 bilhões para a

agricultura familiar, montante que deverá ser ampliado no próximo plantio. Para viabilizar os recursos, explicou o diretor do BC, o governo elevou a taxa de exigibilidade bancária de 25% para 30% para depósitos à vista, e de 65% para 70% para depósitos de poupança.

Custeio

Os recursos do crédito rural representam um terço do total gasto para o plantio da safra, de acordo com Reinaldo Kazufumi Yokoyama, gerente-executivo da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil. Os outros dois terços são representados principalmente pelos financiamentos oferecidos por grandes indústrias de insumos e máquinas agrícolas e por empresas exportadoras (*tradings*), havendo ainda a parcela de recursos dos próprios agricultores.

Segundo Yokoyama, o governo tem buscado fortalecer o aporte de recursos públicos na agricultura, para compensar a redução do crédito disponibilizado pelas *tradings*. O Banco do Brasil está antecipando R\$ 1,5 bilhões para a próxima safra agrícola, visando permitir que

os agricultores façam a compra antecipada de insumos. Esses recursos, disse, são 32% superiores aos antecipados em 2008.

Os senadores manifestaram preocupação com as dificuldades de acesso ao crédito por parte de produtores que renegociaram dívidas anteriores. Nessa situação, o produtor é considerado como um tomador de crédito de risco elevado, sendo impedido de acessar o crédito rural.

De acordo com Guilherme Dias, a inadimplência do setor rural vem crescendo desde 2004, passando de 10% no último ano e podendo chegar a 15% ainda neste semestre. Com essa inadimplência, explicou, não há como liberar crédito novo.

Também presente ao debate, Juraci Moreira Souto, secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), afirmou que o crédito rural é um dos elementos do Plano Safra. Para ele, a antecipação de recursos anunciada pelo Banco do Brasil só será efetiva se vier acompanhada desses outros fatores que interferem na capacidade produtiva dos agricultores.

Senadores preocupados com acesso ao crédito

Em audiência na Comissão de Agricultura, que discutiu o Plano Safra 2009/2010, os senadores manifestaram preocupação com o acesso ao crédito por parte dos produtores. Kátia Abreu (DEM-TO) e Gilberto Goellner (DEM-MT) criticaram o tratamento dado àqueles que já renegociaram anteriormente suas dívidas, enquadrados automaticamente em níveis mais altos de padrões de risco bancário e, em consequência, privados de acesso a novos créditos. Eles ressaltaram que a solução desse impasse é fundamental para o sistema de crédito rural funcionar.

– Os produtores não podem ser enquadrados nos mesmos padrões de risco aplicados ao crédito ao consumidor e ao cheque especial. Se for desse modo, a maioria não vai ter acesso ao crédito para a safra 2009/2010 – disse Goellner.

Kátia Abreu, que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, lembrou que o Conselho Monetário Nacional divulgou carta circular, no ano passado, para determinar regras de classificação de risco mais flexíveis para operações de crédito rural. "No entanto, os bancos estão fazendo de conta que a carta não existe, o que vem emperrando o crédito", disse. O representante do Banco Central, Antonio Gustavo do Vale, explicou que a circular apenas autoriza aos bancos classificar os tomadores do crédito rural em níveis inferiores de risco. No entanto, observou, não se trata de norma compulsória e, por isso, o BC "não pode obrigar" as instituições a adotarem o procedimento.

A CRA realizará nova audiência sobre o Plano Safra 2009/2010 no dia 7 de abril.

Valter Pereira lamenta cortes orçamentários

Durante a audiência sobre o Plano Safra, o presidente da Comissão de Agricultura, Valter Pereira (PMDB-MS), lamentou o anúncio do governo de que serão feitos cortes, nos orçamentos deste ano, de 47% nas dotações do Ministério da Agricultura e de 31,5% nas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. "Essa postura, embora se justifique em razão da crise, talvez reflita um equívoco na definição de prioridades, já que está prevista uma redução nos estoques mundiais de alimentos", disse.

Autor do requerimento para a audiência, Romeu Tuma (PTB-SP) chamou a atenção para a importância de se reduzirem os custos incidentes sobre o escoamento da produção agrícola, por meio de soluções intermodais de transportes. O senador também aprovou a ideia de o Brasil investir mais na qualidade do que no crescimento da produção – proposta defendida no debate pelo professor Guilherme Dias, representante da CNA. "O excesso de produção provoca queda de preços", frisou Tuma.

Osmar Dias (PDT-PR) questionou o enfoque habitual, adotado pelo próprio governo, de apresentar como questões distintas a agricultura familiar e a empresarial. Segundo ele, essa divisão é carregada de "ideologia" e reforça o discurso dos que combatem o agronegócio, na visão de que não haveria integração entre esse segmento e a agricultura familiar.

– É uma concorrência inútil, que pode prejudicar agricultores na busca por crédito e outros instrumentos de política. O governo deve mudar esse conceito – aconselhou.